



Trabalho de economista critica qualidade dos gastos com pobreza

Segundo Marcelo Neri, não faltam recursos, mas sim uma política social duradoura

MURILO FIUZA DE MELO

RIO - Não basta dar o peixe ao pobre. É necessário ensiná-lo a pescar. A surrada imagem é usada pelo economista Marcelo Neri, para explicar o trabalho Combate Sustentável à Pobreza, que lançou ontem, no Rio, com a intenção de sugerir ao governo e à sociedade novas formas de políticas públicas de combate à miséria no País. Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Neri afirma que o Brasil gasta hoje 21% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na área social, mas o dinheiro não "chega aos pobres".

"Na realidade não faltam recursos. A questão é a qualidade do gasto", afirma. Segundo ele, as atuais políticas sociais de erradicação à pobreza não provocam mudanças estruturais na vida dos miseráveis, com exceção do Bolsa-Escola, que considera um bom projeto do governo federal. Neri defende a idéia de que o fim da miséria só será uma realidade se for resultado de políticas sociais duradouras - ou de "sustentabilidade" - que possam gerar renda aos pobres.

O pesquisador da FGV usa como exemplo os dados do Mapa do Fim da Fome, produzido por ele em julho, e que aponta a existência de 50 milhões de indigentes no Brasil, a partir de uma linha de pobreza estabelecida em R\$ 80 - dinheiro suficiente para cobrir as despesas com alimentação de um miserável em São Paulo. O Mapa mostra que seriam necessários que os atuais 119 milhões de brasileiros acima da linha da pobreza pagassem R\$ 15 por mês, em média, para erradicar a miséria.

Educação - Neri faz uma análise histórica das políticas sociais adotadas no País desde os anos 60, mostrando que nunca houve uma preocupação com o investimento no capital humano, principalmente em educação e saúde. "O Estado sempre incentivou o capital físico, indústrias, o grande setor produtivo", critica. Para ele, o foco do desenvolvimento econômico deve estar centrado no pequeno produtor. Segundo o pesquisador, 58% das famílias pobres são chefiadas por trabalhadores autônomos, empregados informais ou sem remuneração.

O investimento na educação também é outro ponto defendido por Neri como saída para melhorar as condições de vida dos miseráveis. E para isso ele cita números. O economista conta que a cada ano adicional de estudo a renda do trabalho aumenta, em média, 16% ao longo da vida. "Isto é, se a renda de um analfabeto é de R\$ 100, esta será de R\$116 se este analfabeto acumular um ano de estudo e assim por diante", explica.

A taxa de ocupação cresce com a escolaridade: 52% dos analfabetos estão ocupados contra 87% dos trabalhadores com nível superior completo.

Neri lembra que os investimentos em educação são crescentes, mas demorados, o que influi na decisão dos mais pobres em sair das salas de aula numa situação extrema, como a perda do emprego do chefe da família. "O Bolsa-escola, neste sentido, é um projeto muito bom, porque ataca o problema imediato, a falta de recursos, e, ao mesmo tempo, produz um capital humano que será sentido pela criança ao longo dos anos", ressalta.